

## **O MORRO DOS VENTOS UIVANTES: UMA LEITURA DELEUZIANA**

Eduardo Gerdiel Batista Graça  
Orientadora: Carla de Figueiredo Portilho  
Mestrando

### **RESUMO**

O presente trabalho pretende abordar o romance *O morro dos ventos uivantes* (1847), de Emily Bronte, segundo alguns conceitos filosóficos de Gilles Deleuze, como o rizoma, a máquina de guerra e as linhas de fuga. Para tanto, observaremos tanto os personagens e eventos narrados, quanto as estratégias narrativas que nos permitem estabelecer as relações entre o romance vitoriano e a filosofia pós-estruturalista do pensador francês. Ao longo do romance, que se desenvolve por duas gerações de personagens, podemos perceber um violento processo de ruptura e transfiguração dos modelos sociais e morais estabelecidos, que propicia novas formas de pensamento, de criação e de vida impossíveis para os personagens da primeira geração narrada. O objetivo de nosso trabalho é discutir este processo de ruptura com os modelos tradicionais e de criação de novos possíveis em termos deleuzianos.

**PALAVRAS-CHAVE:** bronte, deleuze, rizoma, linhas de fuga

Em relação às limitações filosóficas e linguísticas estabelecidas pelo pensamento moderno (caracterizado por sistemas estruturais racionalmente segmentados em categorias unívocas, formas fixas, e hierarquias funcionais), *O morro dos ventos uivantes* nos oferece uma verdadeira malha de linhas de ruptura com tal modelo de pensamento, tanto no que diz respeito aos seus personagens e enredo, quanto no que concerne sua própria construção enquanto objeto estético. Neste texto, procuraremos discutir de que maneiras *O Morro dos ventos uivantes* empreende esta fuga aos desígnios do pensamento moderno (às unidades formais, à consciência moral e à repressão de potências criadoras) em direção a produção de novos possíveis em termos de criação, de pensamento e de vida, tendo em vista conceitos de um dos filósofos que centralizam os eixos teóricos de nossa pesquisa, Gilles Deleuze.

...

Se Foucault se articula com a arquitetura para comparar o aparelho de Estado moderno a um sistema penitenciário, Deleuze recorre à botânica para nos oferecer uma descrição das formas dominantes da sociedade burguesa: sistemas arborescentes, estruturais, hierárquicos, orgânicos, históricos, hereditários, evolutivos, lógicos, causais, dicotômicos, significantes. Este diagrama arborescente do poder que Deleuze concebe nos permite observar alguns dos eixos epistemológicos, filosóficos e políticos estabelecidos pelo aparelho de poder burguês ao longo da modernidade:

Ora, não há dúvida que nos plantam árvores na cabeça: a árvore da vida, a árvore do saber, etc. Toda a gente reclama raízes. O poder é sempre arborescente (...) E isso das árvores, não é de todo uma metáfora, é uma imagem do pensamento, é um funcionamento, é todo um aparelho que se planta no pensamento para fazê-lo andar direito e fazer com que produza as famosas ideias justas. Há todos os tipos de caracteres na árvore: ela tem um ponto de origem, germe ou centro; é máquina binária ou princípio de dicotomia, com suas ramificações que repartem e se reproduzem perpetuamente, seus pontos de arborescência; é eixo de rotação, que organiza as coisas em círculo, e os círculos em torno do centro; ela é estrutura, sistema de pontos e de posições que enquadram todo o possível, sistema hierárquico ou transmissão de comandos, com instância central e memória recapituladora; tem um futuro e um passado, raízes e um cume, toda uma história, uma evolução, um desenvolvimento; ela pode ser recortada, conforme cortes ditos significantes à medida que seguem suas arborescências, suas ramificações, suas concentricidades, seus momentos de desenvolvimento. (DELEUZE, 1998, p.37-38)

A partir do Renascimento, os recém-formados aparelhos de estado europeus se lançaram na campanha de expansão imperialista que submeteria três quartos do globo terrestre ao seu domínio político e às suas verdades tecno-históricas, sócio-econômicas,

científico-filosóficas, e etno-culturais. Segundo estas verdades, concebidas pela soberania imperial eurocentrista, iluminista, capitalista, masculina, branca, e cristã (em uma palavra, ocidental) e forçosamente disseminada em seus domínios coloniais, os paradigmas sociais, filosóficos e culturais que definem a noção geral de Modernidade designariam formas superiores de civilização e pensamento em relação às antigas estruturas feudais e a quaisquer outras estruturas subjugadas pelo poderio militar europeu, enquanto o expansionismo imperial, marcado pelo genocídio, pela escravidão, e pela vasta degradação humana e ecológica dos povos e territórios colonizados, constituiria uma benevolente missão civilizante cujo dever seria dominar um antagonismo não-ocidental (e, portanto, primitivo, bárbaro e incivilizado) e conduzi-lo ao estado superior de evolução humana encerrado pela modernidade (atendendo apenas incidentalmente à insaciável demanda capitalista por recursos e mercados).

Tendo em vista esta dinâmica imperial que funda a modernidade, podemos observar a importância de alguns dos princípios arborescentes descritos por Deleuze para o projeto expansionista ocidental. A estrutura hierárquica, ou de transmissão de comandos, com instância central e domínios periféricos se reproduz tanto nas sociedades burguesas quanto nas políticas coloniais; os princípios de dicotomia permitem que os centros de poder ocidentais concebam um mundo bipartido entre o ocidente e o “resto” e promovam uma identificação objetiva da pluralidade de padrões políticos e culturais humanos por oposição às matrizes hegemônicas ocidentais; as formas históricas, evolutivas permitem que o “moderno” seja compreendido em termos de superação, de desenvolvimento, de progresso, de superioridade de um futuro sobre um passado, que acaba por reproduzir a ideia de superioridade dos impérios sobre as colônias, dos exércitos vencedores sobre os povos subjugados, dos senhores sobre os escravos, dos governantes sobre os governados, etc.; as formas estruturais, os sistemas de pontos e posições que enquadram todo o possível, se reproduzem na capacidade dos centros de poder em identificar, categorizar e qualificar todas as sociedades, culturas e indivíduos segundo os princípios filosóficos e científicos hegemônicos (neste caso, racionalistas, estruturais, representativos, dicotômicos...).

...

Originalmente publicado em 1847, o romance de Emily Bronte não obteve o sucesso comercial alcançado por outras obras editadas em um contexto sócio-

econômico no qual a literatura e, especialmente, o romance, integram um amplo mercado de produção e consumo industrial de obras de arte. Neste contexto, tanto romances conservadores como *Pride and Prejudice* (onde todas as transgressões dos valores morais e cívicos burgueses são expiados pela morte ou pelo casamento), quanto romances mais críticos, como *Oliver Twist* (onde são denunciadas as iniquidades, arbitrariedades e a violência social do progresso industrial), apresentavam ao público leitor uma organização narrativa da qual se podia depreender proposições morais bem definidas (conservação da moral burguesa no romance de Jane Austen, contestação do sistema social capitalista no caso da narrativa de Charles Dickens), além de personagens essencialmente arquetípicos, facilmente identificáveis pelas categorias sociais e morais estabelecidas no ambiente cultural vitoriano. Ao contrário destes *best-sellers* oitocentistas, *O morro dos ventos uivantes* recusa qualquer possibilidade de julgamento racional e definitivo de sistemas sociais, instâncias filosóficas ou condutas individuais, assim como qualquer possibilidade de representação de arquétipos ideais ou unívocos, e, talvez por isso, tenha sido recebido com o estranhamento e o desprezo que a sociedade burguesa reserva a tudo o que é estrangeiro e marginal aos seus domínios.

No intuito de conjurar qualquer possibilidade de apreensão de um possível discurso veiculado pela obra ou mesmo de remissão a uma subjetividade enunciativa transcendente à mesma, *O morro dos ventos uivantes* se serve, curiosamente, de dois narradores principais que encarnam de diferentes maneiras as perspectivas filosóficas dominantes na modernidade e reagem com assombro aos eventos narrados no romance e seus atores principais. Apesar de se utilizarem dos paradigmas morais e sociais modernos ao julgar as paixões irracionais e a barbárie minoritária produzidos pelos outros personagens do romance, os narradores acabam por evidenciar a insuficiência de sua própria capacidade de racionalização e ajuizamento diante dos pensamentos, desejos e ações que narram.

Lockwood, o primeiro destes narradores, é um *gentleman* desiludido com os excessos da megalópole industrial londrina que se retira para o interior da Inglaterra a fim de “reduzir suas possibilidades de escolha” e, enfim, “encontrar alguma alegria em viver”. Ao alugar a propriedade rural conhecida como *Thrushcross Grange*, Lockwood encontra nos moradores de *Wuthering Heights* a única possibilidade de interação social disponível nas remotas charnecas de Yorkshire. Nesta reduzida sociedade, porém, Lockwood se depara com um modelo familiar que desafia os modelos estabelecidos no

ambiente urbano moderno: a hostilidade mútua e a tensão violenta experimentadas naquele ambiente doméstico se contrapõem à “noção vitoriana da família como um espaço piedoso e pacífico no interior do conflito social” (EAGLETON, 2005, pp. 105-106), e causam tamanho choque no forasteiro cidadão que o motivam a se sentir “completamente curado da mania de procurar prazer em sociedade, seja no campo ou na cidade.” (BRONTE, 1998, p.50)

Neste primeiro momento, Lockwood, o observador moderno, parece ter sua perspectiva diante de *Wuthering Heights* alinhada àquela do leitor do romance, também apresentado pela primeira vez ao estrangeirismo e ao anacronismo daquela comunidade rural localizada no coração da Inglaterra industrial. O narrador, porém, logo afasta qualquer possibilidade de identificação com o leitor ao revelar suas próprias rupturas com as proposições sociais e filosóficas hegemônicas na modernidade inglesa: ao longo da narrativa, Lockwood revela sua incapacidade de cumprir determinadas funções sociais (como a constituição de um casamento e uma família burgueses) dominantes no ambiente cultural moderno. Auto-questionador, anti-social e supersticioso, Lockwood escapa, à sua maneira, do arquétipo do homem racional, cortês e realizador, que deveria acompanhar sua situação sócio-econômica, e, afinal, se julga incapaz de realizar o sonho político burguês ou de fruir a vida tanto na urbis londrina quanto no retiro campestre de Yorkshire.

A outra narradora principal, a governanta Nelly Dean, assume a função narrativa ao recapitular para Lockwood a história das casas de *Wuthering Heights* e *Trushcross Grange* desde a adoção de Heathcliff até aquele momento. Dotada de um juízo moral aparentemente taxativo e unilateral (fundamentado por um rígido doutrinamento cristão), Nelly não hesita em avaliar e qualificar incessantemente os ímpetos e atitudes que relata, apesar de revelar, ao longo de sua narrativa, descrições mais contraditórias e multifacetadas do que deveriam permitir seus paradigmas religiosos e a fixidez categórica que eles pressupõem, como quando descreve pela primeira vez a jovem Cathy, tão impetuosa quanto encantadora:

Sua disposição estava sempre em alta, sua língua sempre solta – cantando, rindo, e praguejando contra todos que não fizessem o mesmo. Um rebento selvagem, maldito, ela era — mas tinha os olhos mais bonitos, o sorriso mais doce e os pés mais ágeis de toda a paróquia; além disso, não creio que ela tivesse má intenção, porque, quando fazia alguém chorar, raramente deixava de confortá-lo. (BRONTE, 1998, p.66)

Superficialmente radical e preconceituosa, Nelly reconhece, em diferentes momentos, ter “se enganado completamente” (BRONTE, 1998, p.64) em determinados julgamentos, ou de não ter sido “sensata o bastante para perceber a própria injustiça” (BRONTE, 1998, p.61), revelando ao leitor as insuficiências de sua rigidez moral perante expedientes tão complexamente arranjados.

Além destes narradores principais, outros personagens assumem a voz narrativa do romance em diferentes momentos (como quando Lockwood lê os diários de Catherine Earnshaw, ou quando Heathcliff relata a abdução de Cathy pelos Lintons), também expondo uma intensa carga subjetiva em seus relatos e, portanto, impedindo o leitor de adotá-los como narradores imparciais ou efetivamente confiáveis. Ao se constituir por esta cacofonia de discursos fragmentados, tendenciosos e auto-detratores, o jogo narrativo de *O morro dos ventos uivantes* conjura a possibilidade de apreensão de qualquer discurso ou proposição moral veiculada pela obra, assim como a remissão de qualquer discurso a possíveis sujeitos enunciativos exteriores ao próprio material narrativo apresentado.

Em sua leitura do romance, o crítico inglês Terry Eagleton ressalta o caráter ambíguo dos personagens narrados, afirmando a impossibilidade de definir “Heathcliff como herói ou demônio, Cathy como heroína trágica ou criança mimada, Nelly como perspicaz ou estúpida (EAGLETON, 2005, p.100), alegando que “as técnicas narrativas do romance são deliberadamente organizadas para preservar estas ambivalências” (IDEM). De fato, o processo de construção dos personagens, mediado, no romance, pelos narradores falíveis já descritos, também configura um desafio aos sistemas de pensamento modernos. Capazes de extrema ternura e afeição mas também de momentos de intensa violência e perversidade, os personagens de *O morro dos ventos uivantes* não podem ser apreendidos definitiva ou absolutamente, mas apenas em termos relacionais, situacionais, e transitórios. Atravessados por múltiplas potências contraditórias alternadamente cultivadas e reprimidas, os atores desta narrativa se mantêm em constante movimento afetivo, e permanecem incapturáveis pelas categorias unívocas ou pelos recortes significativos estabelecidos pelo pensamento hegemônico moderno.

Constituindo-se por estas linhas narrativas impessoais e amorais e por personagens inconstantes e multifacetados, *O morro dos ventos uivantes* escapa à ordem epistemológica estabelecida na modernidade e, assim, degrada as fundações sobre as quais se sustenta o aparelho de poder burguês. Além de promover este confronto através

de sua matéria expressiva, e das imagens nômades que produz, *O morro dos ventos uivantes* também tematiza, em seu material narrativo, a fuga, a desestabilização e a eventual destituição dos poderes estabelecidos em prol da criação de novos possíveis em termos de movimento, de criação e de vida, como veremos, com maior detalhe, em outros textos.

## REFERÊNCIAS

BRONTE, Emily. *O morro dos ventos uivantes*. São Paulo: Círculo do Livro, 1998.

DELEUZE, G. e PARNET, C. *Diálogos*. São Paulo: Editora Escuta, 1998.

EAGLETON, Terry. *Myths of power: A Marxist Study of the Brontes*. Nova York: Palgrave MacMillan, 2005.